



ESCOLA SECUNDÁRIA DE
GAGO COUTINHO

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE
ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA**

REF.^a CPI 04/2025

**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO E
PROCESSAMENTO DE CIRCUITOS IMPRESSOS E DE
EQUIPAMENTOS PARA SOLDADURA A ESTANHO PARA
EQUIPAR O CENTRO TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO
INDUSTRIAL, POR LOTES**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

JUNHO DE 2025

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	6
ARTIGO 1.º	6
OBJETO DO CONCURSO	6
ARTIGO 2.º	6
ENTIDADE ADJUDICANTE	6
ARTIGO 3.º	7
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	7
ARTIGO 4.º	7
FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	7
ARTIGO 5.º	8
CONCORRENTES	8
ARTIGO 6.º	8
PEÇAS DO PROCEDIMENTO	8
ARTIGO 7.º	8
CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	8
ARTIGO 8.º	9
ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS	9
ARTIGO 9.º	10
ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	10
ARTIGO 10.º	10
ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	10
ARTIGO 11.º	10
ERROS E OMISSÕES	10
ARTIGO 12.º	11
PREÇO BASE	11
CAPÍTULO II - PROPOSTA	11
ARTIGO 13.º	11
PRAZO E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
ARTIGO 14.º	12
DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	12
ARTIGO 15.º	13
IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	13
ARTIGO 16.º	14
PREÇOS DA PROPOSTA	14
ARTIGO 17.º	14
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	14

ARTIGO 18.º	15
CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	15
ARTIGO 19.º	16
PROPOSTAS VARIANTES	16
ARTIGO 20.º	16
NEGOCIAÇÃO	16
ARTIGO 21.º	16
PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	16
ARTIGO 22.º	16
PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	16
ARTIGO 23.º	16
CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA	16
CAPÍTULO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	17
ARTIGO 24.º	17
LISTA DE CONCORRENTES.....	17
ARTIGO 25.º	17
ANÁLISE DAS PROPOSTAS	17
ARTIGO 26.º	17
ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	17
ARTIGO 27.º	18
SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS	18
ARTIGO 28.º	18
RELATÓRIO PRELIMINAR	18
ARTIGO 29.º	18
AUDIÊNCIA PRÉVIA	18
ARTIGO 30.º	18
RELATÓRIO FINAL	18
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO	19
ARTIGO 31.º	19
DEVER DE ADJUDICAÇÃO	19
ARTIGO 32.º	19
NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	19
CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO	20
ARTIGO 33.º	20
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20
ARTIGO 34.º	20
IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20
ARTIGO 35.º	21

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS	21
ARTIGO 36.º	22
CAUÇÃO	22
ARTIGO 37.º	22
NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	22
ARTIGO 38.º	22
CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO	22
CAPÍTULO VI– CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	22
ARTIGO 39.º	22
REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	22
ARTIGO 40.º	23
ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	23
ARTIGO 41.º	23
RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO	23
ARTIGO 42.º	23
OUTORGA DO CONTRATO	23
ARTIGO 43.º	23
NÃO OUTORGA DO CONTRATO	23
CAPÍTULO VII– DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS	24
ARTIGO 44.º	24
PROVA DE DECLARAÇÕES	24
ARTIGO 45.º	24
FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES	24
CAPÍTULO VIII– DISPOSIÇÕES FINAIS	24
ARTIGO 46.º	24
NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	24
ARTIGO 47.º	24
ENCARGOS DOS CONCORRENTES	24
ARTIGO 48.º	25
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	25
ARTIGO 49.º	25
ANEXOS	25
Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP] ..	27
Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] ..	29
Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio	30
Anexo IV – Modelo de proposta de preço	31
Anexo V – Modelo de declaração de independência da proposta	32

Anexo VI – Modelo de lista de preços unitários – Lote 1	33
Anexo VII – Modelo de lista de preços unitários – Lote 2	33
Anexo VIII – Modelo de avaliação das propostas – Lote 1	34

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO DO CONCURSO

1. O objeto do presente procedimento consiste na **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE CIRCUITOS IMPRESSOS E DE EQUIPAMENTOS PARA SOLDADURA A ESTANHO PARA EQUIPAR O CENTRO TECNOLÓGICO ESPECIALIZADO INDUSTRIAL**, da Escola Secundária Gago Coutinho, no âmbito das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovadas (projeto n.º 3901).
2. No âmbito deste procedimento foram definidos os seguintes lotes:
 - a) LOTE 1 – Circuitos impressos;
 - b) LOTE 2 – Soldadura a estanho;
3. A presente aquisição de bens móveis encontra-se classificada com o código principal 42660000 – Ferramentas de soldadura e brasagem, máquinas e equipamento de têmpera superficial e projeção a quente, por ser o que representa a maior componente financeira, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, correspondente ao seguinte código CPV por lote:
 - a) LOTE 1 – Circuitos impressos:
 - i. Principal: 42660000 – Ferramentas de soldadura e brasagem, máquinas e equipamento de têmpera superficial e projeção a quente
 - ii. Complementar: 42610000 – Máquinas-ferramenta operadas a laser e centros de maquinagem
 - b) LOTE 2 – Soldadura a estanho: 42661000-7: Equipamento para soldadura e brasagem

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Escola Secundária Gago Coutinho, pessoa coletiva n.º 600 020 118, com sede na Rua Heróis da Aviação, 2615-205, Alverca do Ribatejo, com o telefone: 932 068 290 e endereço de correio eletrónico compras@esgc.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Administrativo da Escola Secundária Gago Coutinho, órgão competente para autorizar a despesa nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, por competência própria conferida pelo Artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, na sequência da deliberação de 01 de julho de 2025, o qual aprovou as peças do procedimento.

ARTIGO 4.º

FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

1. A Escola Secundária Gago Coutinho submeteu uma candidatura no âmbito da Componente 6 Qualificações e Competências (C6) do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional do Plano de Recuperação e Resiliência, através da abertura do Aviso n.º 01/C06-i0101/2022, com o objetivo de proceder à criação de dois Centros Tecnológicos Especializados, um na área da informática e outro na área de industrial, que possibilitará que a Escola fique equipada com equipamentos mais sofisticados e avançados tecnologicamente, equivalentes aos que encontrarão nas empresas onde será realizada a formação em contexto de trabalho, quer enquanto futuros trabalhadores de empresas que atuam nestes domínios.
2. Na sequência da aprovação das referidas candidaturas, a Escola Secundária Gago Coutinho tem a necessidade, na presente data, de adquirir para equipar o Centro Tecnológico Especializado na área industrial, equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos bem como de equipamentos para soldadura a estanho. Estes equipamentos permitirão que os alunos desenvolvam competências práticas em contexto industrial.
3. A satisfação da necessidade exige o recurso a operadores económicos a atuar no mercado concorrencial, dada a impossibilidade de a Escola Secundária Gago Coutinho assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.
4. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.
5. As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP.

ARTIGO 5.º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Escola Secundária Gago Coutinho, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1º a 20º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a Escola Secundária Gago Coutinho, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 6.º

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - a) O Anúncio no Diário da República;
 - b) O Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;
 - c) O Programa de Procedimento e seus anexos;
 - d) O Caderno de Encargos.

ARTIGO 7.º

CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados até ao termo da data e hora limite de apresentação das propostas, em suporte físico na sede da Escola Secundária Gago Coutinho na Rua Heróis da Aviação, 2615-205, Alverca do Ribatejo

- e serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
2. A consulta das peças de procedimento referidas no número anterior pode ser efetuada das 09:00h às 13:00h e das 14:00h às 16:30h, mediante marcação prévia a realizar através da plataforma eletrónica acinGov, na morada indicada no n.º 1, nos dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
 3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
 4. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
 5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
 6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

ARTIGO 8.º

ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir também com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.

- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

ARTIGO 9.º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados pelo Júri do procedimento, no uso de competência delegada pelo Conselho Administrativo da Escola Secundária Gago Coutinho.

ARTIGO 10.º

ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até às 23h59m59s do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso de competência delegada pelo Conselho Administrativo da Escola Secundária Gago Coutinho, até às 23h59m59s do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela Escola Secundária Gago Coutinho, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 11.º

ERROS E OMISSÕES

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas (até às 23h59m59s), os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da

plataforma eletrónica acinGov, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (até às 23h59m59s), o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela Escola Secundária Gago Coutinho, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 12.º

PREÇO BASE

1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na cláusula 14.ª do Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II - PROPOSTA

ARTIGO 13.º

PRAZO E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) A data limite de entrega de proposta é até às **17h00m00s do 30.º dia**, a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
 - b) A entrega das propostas do presente concurso público deverá ser efetuada na plataforma eletrónica de contratação pública **acinGov** acessível através do sítio eletrónico da plataforma, disponível em **<https://www.acingov.pt>**.
2. **Os concorrentes podem apresentar proposta para um ou para os dois lotes objeto do procedimento.**
3. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do artigo 137.º do CCP.

5. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

ARTIGO 14.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º do CCP:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <https://espd.uzp.gov.pl/>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se a o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública.
 - i. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- b) **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (já com as alterações previstas no Artigo 23.º do referido diploma legal), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (Anexo I do presente Programa de procedimento);
- c) **Proposta de preço** relativa ao(s) lote(s) a que concorre, de acordo com o **Anexo IV do presente Programa de Procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- d) **Declaração de Independência da Proposta**, elaborada em conformidade com o **Anexo V ao presente Programa de Procedimento**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- e) **Lista de preços unitários** para todos os bens que constituem o objeto do(s) lote(s) a que concorre(m), **em formato Excel**, de acordo com o **Anexo VI** e o **Anexo VII do presente Programa de Procedimento**, conforme aplicável, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- f) **Descrição técnica** relativa a cada um dos bens a fornecer objeto do(s) lote(s) a que concorre, devidamente assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- g) Certidão atualizada do registo comercial (**certidão permanente**) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;

- h) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa através da certidão permanente deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo(s) (procuração ou documento equivalente);
 - i) Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. No âmbito do **lote 1**, para além dos identificados no número anterior, os concorrentes deverão ainda fazer acompanhar a sua proposta, dos seguintes elementos:
- a) Identificação nominativas do(s) recurso(s) humano(s) a afetar aos serviços de suporte técnico aos equipamentos e à realização da transmissão de conhecimento objeto do contrato;
 - b) Certificado ou declaração emitida pelo fabricante da marca dos equipamentos a fornecer, correspondentes aos artigos 1.1 a 1.9 da Cláusula 32.^a do Caderno de Encargos, que ateste que o(s) recursos(s) humano(s) alocado(s) à realização dos serviços de suporte técnico é(são) reconhecido(s) e autorizado(s) para o efeito.
- c) A Escola Secundária Gago Coutinho pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
- d) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 do presente artigo devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
- e) Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 15.º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais
2. Com exceção ao disposto no número anterior, é permitida a utilização dos estrangeirismos que constam nas especificações técnicas dos equipamentos do Caderno de Encargos, bem como a apresentação das fichas técnicas/descrições técnicas, de certificações/ declaração de autorização do fabricante ou de declarações CE que, embora não exigidas, o concorrente entenda ser imprescindível juntar à sua proposta, em português, em inglês ou em espanhol.

ARTIGO 16.º

PREÇOS DA PROPOSTA

1. No preço unitário a apresentar pelos concorrentes para cada um dos bens objeto do(s) lote(s) a que concorre devem estar incluídos todos os custos, encargos e despesas que o concorrente prevê realizar no fornecimento, nomeadamente:
 - a) valor de aquisição dos bens;
 - b) custos com o transporte dos bens para o local de entrega;
 - c) custos no âmbito das garantias dos bens;
 - d) custos com a transmissão de conhecimento e com os serviços de suporte técnico, quando aplicável;
 - e) custos com os serviços de descarga, colocação e montagem dos bens nos locais indicados pela Escola Secundária Gago Coutinho;
 - f) custos com os seguros necessários à execução do contrato, como o de transporte dos bens.
2. Os preços unitários dos bens, os preços parciais e o preço global da proposta deverão ser indicados em algarismos, no máximo com duas casas decimais, e não devem incluir o IVA.
3. Se os valores unitários, os preços parciais e/ou o valor global da proposta forem apresentados com mais do que duas casas decimais, serão arredondados oficiosamente à centésima superior se a milésima for superior ou igual a 5. Caso seja inferior a 5 será arredondado à centésima inferior.
4. Os preços resultantes da retificação oficiosa serão os que vigorarão para a determinação do preço total da proposta, bem como durante a globalidade do prazo de execução do contrato.
5. Em cada lote, o preço total da proposta será o que resultar do somatório do produto dos preços unitários apresentados na proposta do concorrente para todos os bens objeto do lote a que concorre, sem prejuízo do disposto no número anterior, pelas respetivas quantidades estimadas que constam da Parte II do Caderno de Encargos.
6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Os preços unitários indicados na lista de preços unitários apresentada em formato editável prevalecerão sobre qualquer outro preço unitário apresentado pelo concorrente.

ARTIGO 17.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada por lote, de acordo com a proposta economicamente mais vantajosa:

- a) LOTE 1 - Circuitos impressos: através da modalidade multifator, sendo o critério de adjudicação densificado por um conjunto de fatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea a), n.º 1, artigo 74.º do CCP de acordo com o modelo aplicável previsto no Anexo VIII do presente Programa de Procedimento.
- b) LOTE 2 - Soldadura a estanho: através da modalidade monofator, sendo o critério de avaliação o preço total da proposta, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 18.º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Aplicado o critério de adjudicação, em caso de empate, para efeito de ordenação das propostas, serão aplicados, por lote, sucessivamente, os critérios definidos na alínea seguinte:

- a) LOTE 1 - Circuitos impressos:
- 1.º Critério: Pontuação no fator “Preço total da proposta”, ficando ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a maior pontuação neste fator;
 - 2.º Critério: sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença de representante dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos, pelo que a primeira extração corresponderá à proposta vencedora.
- b) LOTE 2 - Soldadura a estanho: sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença de representante dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos, pelo que a primeira extração corresponderá à proposta vencedora.

ARTIGO 19.º
PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

ARTIGO 20.º
NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 21.º
PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 22.º
PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da Escola Secundária Gago Coutinho (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

ARTIGO 23.º
CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 24.º

LISTA DE CONCORRENTES

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procederá à publicitação da lista de concorrentes na plataforma acinGov.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

ARTIGO 25.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 17.º, do presente Programa de Procedimento.
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP.
3. As propostas de cuja análise resulte a verificação de qualquer causa de exclusão, não serão objeto de avaliação.
4. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.

ARTIGO 26.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta.

3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Escola Secundária Gago Coutinho, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 27.º

SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS

1. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

ARTIGO 28.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação por lote das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 26.º do presente Programa de procedimento.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

ARTIGO 29.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

ARTIGO 30.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou

modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 25.º do presente Programa de Procedimento.

2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 31.º

DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas em cada um dos lotes objeto do procedimento.

ARTIGO 32.º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o(s) adjudicatário(s) para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 33.º do presente Programa de procedimento;
 - b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
3. A notificação referida no n.º 1 do presente artigo é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 33.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação o(s) adjudicatário(s) deve(m), no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os seguintes documentos, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov:
 - a) Declaração emitida conforme Anexo II do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio (já com as alterações previstas no artigo 23.º da referida Lei), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento (Anexo II do presente Programa de Procedimento);
 - b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
 - e) Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (Anexo III do presente programa de procedimento), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - f) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo e/ou código de acesso online para consulta eletrónica, se aplicável;
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao(s) adjudicatário(s), ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 34.º

IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos de habilitação do(s) adjudicatário(s) indicados no artigo anterior devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve(m) o(s) adjudicatário(s) fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

3. O(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
4. A pedido do(s) adjudicatário(s), o prazo fixado no número anterior para apresentação dos documentos de habilitação para o respetivo lote pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
5. O(s) adjudicatário(s) deve(m) apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.
6. Quando os documentos a que se refere a alínea b), c), d) e f) do n.º 1 artigo anterior do presente programa de procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o(s) adjudicatário(s) pode(m), em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Escola Secundária Gago Coutinho o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Quando o(s) adjudicatário(s) tenha(m) prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Escola Secundária Gago Coutinho consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), c), d) e f) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
8. Caso o(s) adjudicatário(s) se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
9. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo(s) adjudicatário(s), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

ARTIGO 35.º

APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

1. Quando o(s) adjudicatário(s) for(em) um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos nas alíneas b), c) e f) do n.º 1 do artigo 33.º do presente Programa de procedimento e os registos criminais das empresas devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento;
 - b) Os documentos previstos na alínea a) e e) do n.º 1 do artigo 33.º do presente Programa de Procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos

representantes, caso ainda não tenham sido apresentados, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;

- c) Devem ainda ser entregues os registos criminais de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada uma das entidades que integram o agrupamento.

ARTIGO 36.º

CAUÇÃO

O presente procedimento não obrigará à prestação de caução em virtude de o preço contratual ser inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros), de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 37.º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação do lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o respetivo adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 3 do artigo 34.º do presente Programa de Procedimento
 - b) No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - c) Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 38.º

CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

1. Não há lugar à adjudicação do lote quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

CAPÍTULO VI– CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 39.º

REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O(s) contrato(s) será(ão), nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido(s) a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

ARTIGO 40.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, do respetivo adjudicatário.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 41.º

RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO

1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 42.º

OUTORGA DO CONTRATO

1. A eventual outorga do(s) contrato(s), terá lugar no prazo de trinta (30) dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A Escola Secundária Gago Coutinho comunica ao(s) adjudicatário(s) com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a data limite da outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada no número anterior.

ARTIGO 43.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o(s) adjudicatário(s) não remeter(em) o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.

2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável à Escola Secundária Gago Coutinho não outorgar o contrato no prazo previsto, o(s) adjudicatário(s) pode(m) desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser(em) indemnizado(s) por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu(eram) com a elaboração da proposta.
4. No caso previsto no número anterior, o(s) Adjudicatário(s) pode(m), em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

CAPÍTULO VII– DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

ARTIGO 44.º

PROVA DE DECLARAÇÕES

1. A Escola Secundária Gago Coutinho pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário(s) dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Escola Secundária Gago Coutinho.

ARTIGO 45.º

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

CAPÍTULO VIII– DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 46.º

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações entre a Escola Secundária Gago Coutinho, o júri do concurso, o gestor do procedimento, os interessados, os concorrentes e o(s) adjudicatário(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

ARTIGO 47.º

ENCARGOS DOS CONCORRENTES

1. São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável;

2. As despesas e encargos inerentes à redução do(s) contrato(s) a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da Escola Secundária Gago Coutinho, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo(s) adjudicatário(s).

ARTIGO 48.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, e demais legislação em vigor aplicável.

ARTIGO 49.º

ANEXOS

1. Em anexo remete-se:
 - a) o **Anexo I** - Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
 - b) o **Anexo II** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio];
 - c) o **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
 - d) o **Anexo IV** - Modelo de proposta de preço;
 - e) o **Anexo V** – Modelo de declaração de independência da proposta;
 - f) o **Anexo VI** – Modelo de lista de preços unitários – lote 1;
 - g) o **Anexo VII** - Modelo de lista de preços unitários – lote 2;
 - h) o **Anexo VIII** – Modelo de avaliação das propostas – lote 1;
 - i) o **Caderno de Encargos**, inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do artigo 42.º do CCP.

(Subdiretora)

**Anexo I – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do
CCP]**

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a **“Aquisição de equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos e de equipamentos para soldadura a estanho para equipar o Centro Tecnológico Especializado Industrial, por lotes”**, com referência CPI 04/2025, lançado pela Escola Secundária Gago Coutinho, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código**.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como

candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no artigo 8.º do Programa de Procedimento

**Anexo II – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do
CCP]**

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a **“Aquisição de equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos e de equipamentos para soldadura a estanho para equipar o Centro Tecnológico Especializado Industrial, por lotes”**, com referência CPI 04/2025, lançado pela Escola Secundária Gago Coutinho, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas **nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e no artigo 8.º do Programa de Procedimento

Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no lote ____ [identificar o(s) lote(s) que lhe foram adjudicados] do procedimento de formação do contrato n.º CPI 04/2025 para a “**Aquisição de equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos e de equipamentos para soldadura a estanho para equipar o Centro Tecnológico Especializado Industrial, por lotes**”, lançado pela Escola Secundária Gago Coutinho, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no artigo 8.º do Programa de Procedimento

Anexo IV – Modelo de proposta de preço

_____ [designação do concorrente], com sede na _____ [morada do concorrente], pessoa coletiva n.º _____, com uma dimensão _____ [escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média], obriga-se a fornecer todos os bens incluídos no(s) lote(s) a que concorre, no âmbito do concurso público com publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, com referência CPI 04/2025, relativo à **“Aquisição de equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos e de equipamentos para soldadura a estanho para equipar o Centro Tecnológico Especializado Industrial, por lotes”**, lançado pela Escola Secundária Gago Coutinho.

O fornecimento será efetuado em estrita conformidade com as peças do procedimento, pelo valor total proposto de _____ € (por extenso), o qual inclui todas as despesas inerentes ao fornecimento previstas no n.º 4 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, com exceção do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

As condições de pagamento são as estabelecidas no respetivo Caderno de Encargos.

Ao valor total acima referido, corresponde o seguinte valor proposto por lote:

[Preencher apenas para o(s) lote(s) a que concorre]

LOTE	VALOR TOTAL PROPOSTO (€)
1 – CIRCUITOS IMPRESSOS	_____€
2 – SOLDADURA A ESTANHO	_____€

Mais declara que no preço contratual acima indicado está incluído todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Escola Secundária Gago Coutinho, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supra mencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que se renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no artigo 8.º do Programa de Procedimento

Anexo V – Modelo de declaração de independência da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao(s) lote(s) ____ **[identificar o(s) lote(s) a que concorre]** no procedimento CPI 04/2025, relativo à “**Aquisição de equipamentos de produção e processamento de circuitos impressos e de equipamentos para soldadura a estanho para equipar o Centro Tecnológico Especializado Industrial, por lotes**”, lançado pela Escola Secundária Gago Coutinho, declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

(1) Nos termos do disposto no artigo 8.º do Programa de Procedimento

¹ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

Anexo VI – Modelo de lista de preços unitários – Lote 1

[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

Anexo VII – Modelo de lista de preços unitários – Lote 2

[disponibilizado em separado num ficheiro Excel]

Anexo VIII – Modelo de avaliação das propostas – Lote 1

Para o lote 1 objeto do concurso, o critério básico de apreciação de propostas é o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar. A avaliação global de cada proposta resultará dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores.

O arredondamento dos resultados é considerado às centésimas.

O critério de avaliação para este lote compõe-se pelos seguintes fatores:

FATORES	COEFICIENTE DE PONDERAÇÃO
A. Preço total da proposta	80%
B. Aptidão dos recursos humanos alocados à prestação dos serviços de suporte técnico	20%

A fórmula para obtenção da pontuação final é a seguinte, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$AP = 0,80 \times PP + 0,20 \times ARH$$

Sendo,

AP = Avaliação da Proposta

PP = Pontuação no fator “Preço total da proposta”

ARH = Pontuação no fator “Aptidão dos recursos humanos alocados à prestação dos serviços de suporte técnico”

A. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO TOTAL DA PROPOSTA”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP = \left[\frac{(PB - PC)}{PB} \right] \times 100$$

Em que,

PB = Preço base do lote;

PC = Preço total da proposta do concorrente para o lote em causa

B. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR “APTIDÃO DOS RECURSOS HUMANOS ALOCADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com o seguinte:

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Os recursos humanos a alocar à prestação dos serviços de suporte técnico são reconhecidos, para este efeito, pelo(s) fabricante(s) da marca dos equipamentos a fornecer correspondentes aos artigos 1.1 a 1.9 da Cláusula 32. ^a do Caderno de Encargos	100
Os recursos humanos a alocar à prestação dos serviços de suporte técnico não são reconhecidos, para este efeito, pelo(s) fabricante(s) da marca dos equipamentos a fornecer correspondentes aos artigos 1.1 a 1.9 da Cláusula 32. ^a do Caderno de Encargos	50